

EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES S/A.			CNPJ N.º 16.624.611/0098-73	2 de 2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024		RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital social O Capital social de R\$ 137.644.453,24 é representado por 491.587.333 quotas, no valor nominal de R\$ 0,28 cada. 11. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS A Empresa é parte em ações trabalhistas e cíveis perante tribunais e órgãos governamentais, oriundo do curso normal de suas operações. A administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus consultores jurídicos, quando aplicável, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A avaliação das chances das ações ajuizadas pela Empresa é realizada exclusivamente pelos advogados das causas, que utilizam os exames da jurisprudência para fins de classificação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, à Administração da Companhia, e com base na opinião de seu advogado, informou não existirem quaisquer ações judiciais ou prognósticos de perdas possíveis ou prováveis, portanto não há contingências reconhecidas, ou qualquer possibilidade de eventuais perdas. 12. INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL A empresa goza de subvenções atreladas aos incentivos de ICMS concedidos pelo governo estadual, recentemente convalidados nos moldes da Lei Complementar nº 160/17 e calculada com base no Regulamento ICMS (aplicável às suas filiais e suas alterações). O valor de subvenção vem sendo registrado em conta de Reserva de Subvenção, no Patrimônio Líquido, tendo sua contrapartida na conta de Receitas com Subvenção, no grupo de Outras receitas, no resultado do exercício. Os valores registrados como Receita de Subvenção não compõem base para distribuição de lucros. O montante de Subvenção reconhecido, corresponde ao saldo da reserva de subvenção correspondia em R\$ 119.984.032,82. 13. IFRS 16 - ARRENDAMENTOS A IFRS 16, CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendadores e arrendatários forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. A Empresa entende que os contratos de aluguel mantidos no exercício se enquadram entre aqueles previstos no item de Isenção de reconhecimento do referido pronunciamento. 14. GESTÃO DE RISCO Risco de liquidez: Risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. Risco de taxa de juros: A Empresa tem passivos limitados à taxa de juros variáveis. A principal exposição da Empresa ao risco de taxas de juros é com financiamentos e obrigações tributárias parceladas. A Empresa trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.		Aos Srs. Diretores da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES S/A. <u>Belo Horizonte – MG</u> Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Gontijo de Transportes S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gontijo de Transportes S/A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos – Cobertura de Seguros Não é prática na Empresa a contratação de seguros para cobertura do ativo imobilizado, pois a Administração entende não se constituir em alternativa financeira interessante, em relação ao custo/benefício. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 24 de junho de 2026.  Mattoso Auditores Independentes & Associados Ltda. CRCMG Nº 2.684/O Fernando Antonio Lopes Matoso Contador CRCMG 11.628/O-3		



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme **MP nº 2.200-2**
de **24/08/2001**.
A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 16/09/2026



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para
acessar a página de **Publicações Legais** no portal do
Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2026/09/BALANCO-EMPRESA-GONTIJO-DE-TRANSPORTES-S.A.-16-09-2026.pdf>

